

DO “MEU HISTÓRICO DE ATLETA” AO “EU NÃO SOU COVEIRO”: UMA ANÁLISE DA NECROPOLÍTICA E DO NECROBIOPODER NO DISCURSO BOLSONARISTA

FROM “MY ATHLETE HISTORY” TO “I’M NOT A GRAVEDIGGER”: AN ANALYSIS OF NECROPOLITICS AND NECROBIOPOWER IN THE BOLSONARIAN DISCOURSE

Francisco Vieira da Silva¹
Doutor em Linguística

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(francisco.vieiras@ufersa.edu.br)

Wellington Gomes de Souza²
Mestre em Letras

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(wellington83souza@gmail.com)

RESUMO: O presente artigo tem como escopo o tratamento analítico de excertos de materialidades discursivas oriundas de pronunciamentos do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, no contexto da pandemia da COVID-19. Com isso, o objetivo desta abordagem consiste em analisar o funcionamento de estratégias do necrobiopoder na postura discursiva desse sujeito. A análise está assentada em autores como Foucault (2008), Deleuze (2006), Bento (2018) e Mbembe (2016), os quais tratam de questões como governamentalidade, sociedade de controle, necrobiopoder e necropolítica. Trata-se de um estudo descritivo-interpretativo de natureza qualitativa. Com base na discussão desenvolvida, entende-se perceptível o discurso como mecanismo de controle em defesa de uma vontade de verdade que está centrada no necrobiopoder e que permeia as falas do chefe de estado brasileiro. Nessa perspectiva, conclui-se que há contribuições para o entendimento da atuação do Estado no que se refere à gestão da população.

Palavras-chave: Governamentalidade. Sociedade de controle. Necropolítica. Necrobiopoder. Discurso.

ABSTRACT: This article aims at the analytical treatment of extracts from discursive materialities arising from statements by the President of the Republic, Jair Messias Bolsonaro, in the context of the COVID-19 pandemic. Thus, the objective of this approach is to analyze the functioning of necrobiopower strategies in the discursive posture of this subject. The analysis is based on authors such as Foucault (2008), Deleuze (2006), Bento (2018) and Mbembe (2016), who deal with issues such as governance, control society, necrobiopower and necropolitics. This is a qualitative descriptive-interpretative study. Based on the discussion developed, the discourse is perceived as a control mechanism in defense of a will to truth that is centered on necrobiopower and that permeates the discourses of the Brazilian head of state. In this perspective, it is concluded that there are contributions to the understanding of the State's performance with regard to population management.

¹ ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4922-8826>.

² Doutorando em Letras.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9751-9030>.

Keywords: Governability. Control society. Necropolitics. Necrobiopower. Discourse.

Introdução

Os estudos foucaultianos sobre as tecnologias de poder disciplinar e regulamentalidade, que caminharam para a consolidação de aspectos referentes ao biopoder e à biopolítica, ganharam desdobramentos direcionados às análises de questões relativas à necropolítica e ao necrobiopoder. Assim, a pandemia do coronavírus é campo para a discussão com base nesses dois últimos termos, pois o Estado Brasileiro vem atuando por meio de políticas de morte e com o falseamento no que diz respeito à gravidade da COVID-19.

O novo coronavírus, da família de vírus (Cov), surgiu no final do ano de 2019 em Wuhan, na China, e está sendo responsável por mudanças drásticas no modo de vida da população mundial. A negação de seus efeitos custou e tem custado caro aos países que relativizaram a letalidade do vírus como ocorrera, inicialmente, com a Itália e como vem acontecendo com o Brasil e com os Estados Unidos, por exemplo.

Ressalte-se que o governo brasileiro segue a cartilha do presidente norte-americano *Donald Trump*, com a defesa de um discurso sobre o coronavírus como sendo um mero acidente de percurso da humanidade, banalizando o fato de que mais de 700 mil pessoas morreram no mundo todo, sendo que os dois países somam em torno de um terço das mortes por COVID-19³. Dessa forma, entende-se que o negacionismo referente à gravidade da pandemia é um fator preponderante para o agravamento da situação e do aumento de mortes, sobretudo no Brasil.

Por isso, esse contexto pandêmico instalado permitiu a criação de um cenário para a construção de estratégias necropolíticas por meio de técnicas de (des)governo. Essas técnicas estão centradas na defesa da industrialização da morte em prol da não interrupção da economia e são caracterizadas pela relativização dos efeitos do novo coronavírus. Nesse sentido, pode-se identificar esse tipo de estratégia na postura discursiva do chefe de estado brasileiro, opositor das ações de combate à pandemia.

Diante dessas questões iniciais, o objetivo almejado neste artigo é analisar a presença de características relativas ao necrobiopoder e à necropolítica nos

³ Os dados citados foram extraídos do sítio: <https://canaltech.com.br/saude/coronavirus-ja-levou-mais-de-700-mil-pessoas-a-morte-em-todo-o-mundo-169414/>. Acesso em: 08 ago. 2020.

posicionamentos discursivos do Presidente da República. Como objeto de análise, foram selecionadas materialidades discursivas oriundas de excertos referentes a declarações posicionamento desse sujeito no tocante à pandemia do novo coronavírus.

A discussão proposta está assentada nos estudos de autores como Foucault (2008), Deleuze (2006), Bento (2018), Mbembe (2016), os quais tratam de questões como governamentalidade, sociedade de controle, necrobiopoder e necropolítica. Com base nesses autores, pode-se observar espaços de discussão a serem explorados mediante a relação das técnicas de governo e as estratégias de morte, a fim de controlar a população de diversas formas.

Observação do necrobiopoder e da necropolítica do Estado permite, portanto, a reflexão sobre as formas de controle da população e sobre a gestão dos corpos, sendo que aqueles entendidos como descartáveis podem, talvez, serem vítimas da morte. Sob esse viés, as mortes ocasionadas pela COVID-19 podem ser consideradas como um acidente de percurso que não deve interferir nem fazer parar algumas engrenagens sociais, sobretudo no âmbito capitalista.

O artigo segue com uma seção que discute o problema do governo e sua relação com o controle da sociedade, bem como as técnicas de governo utilizadas na perspectiva da governamentalidade. Na sequência, tratam-se os aspectos concernentes à necropolítica e ao necrobiopoder como desdobramentos do biopoder e da biopolítica. Para análise, apresenta-se a menção a fragmentos de discursos do presidente Bolsonaro, caracterizado pela minimização dos efeitos da COVID-19. Por fim, expõem-se as considerações finais, evidenciando-se a relação entre governo e população pautada em políticas de morte.

O problema do governo e o controle da sociedade

O contexto político e social brasileiro, marcado por divergências acerca da pandemia da COVID-19, é pano de fundo nesta seção, com vistas à discussão sobre dois temas importantes para o entendimento das relações entre os sujeitos governados: a governamentalidade, tendo em vista o discurso do governo brasileiro direcionado para uma necropolítica; e a sociedade de controle, que caracteriza a defesa desse discurso pelos adeptos da percepção negacionista acerca do novo coronavírus e seus efeitos.

Os aspectos concernentes ao ser governado surgem no século XVI, segundo Foucault (2008), a partir da problemática centrada em como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governo possível, entre outras práticas de governamentalidade. Disso, conforme nos apresenta o autor, emergem três tipos de governo: o governo de si mesmo; a arte de governar adequadamente uma família e a arte de governar um estado. Esses governos dizem respeito à moral, à economia e à política, respectivamente, que são artes de governar que, segundo o autor, mantêm relação de continuidade.

Essa continuidade ocorre de duas formas, a saber: continuidade ascendente, isto é, quem quer governar o Estado deve saber governar a si mesmo, governar a sua família, seus bens; e continuidade descendente: quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens, seus patrimônios e, por sua vez, os indivíduos se comportam como devem (FOUCAULT, 2008). Isso parte do governo da família, ou seja, é uma questão de economia, considerada como papel essencial do exercício político do governo.

Ressalte-se, também, que Foucault (2008) aponta para a questão do governo a partir da tríade segurança, população e governo. Nessa perspectiva, pode-se observar que a governamentalidade passa da ideia de conquista de territórios para a gestão das coisas que dizem respeito à população. Com isso, o autor esclarece que é preciso observar os homens em suas relações com suas riquezas, seus recursos, entre outros aspectos que lhes constituem enquanto sujeitos, além dos acidentes que perpassam por suas vidas, como a epidemia e a morte.

Essa observância do homem em suas relações transpõe as barreiras da ideia de família como modelo de governo, pautado em suas características de economia, ampliando-se a percepção que é direcionada para o sentido de população. Nesse sentido, a família passa a ser considerada como segmento da população. Nas palavras de Foucault (2008, p. 170), “[...] a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça.”.

Nessa perspectiva de atuação do governo, a população será afetada pelas políticas que são desenvolvidas para a sua transformação, por meio de estratégias biopolíticas, por exemplo. Com base nos estudos foucaultianos sobre

governamentabilidade, Sousa (2012) diz que há vários instrumentos de ação do governo sobre a população que funcionam de diversas formas, direta e indiretamente, a fim de fazer prevalecer os objetivos do governo sobre o corpo populacional.

Por essas ações, Foucault (2008) defende a ideia de que a população será considerada como objetivo final do governo. Para fazer valer esse poder de governo sobre a população, ferramentas como a estatística são de grande valia, especialmente para observar a população em suas relações e as regularidades acerca de mortalidade, epidemias, acidentes, entre outros aspectos inerentes ao corpopopulacional. Assim, defende o autor:

[...] a estatística revela também que a população tem características próprias e que seus fenômenos são irreduzíveis aos da família: as grandes epidemias, a mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza, etc.; revela finalmente que através de seus deslocamentos, de sua atividade, a população produz efeitos econômicos específicos (FOUCAULT, 2008, p. 169).

Foucault (2008) diz, ainda, que um saber de governo é constituído pelo saber que se tem sobre os processos referentes à população. Com isso, há espaço para a intervenção do governo sobre a população, a partir de técnicas de governo e, não mais, por uma estrutura de soberania, conforme ocorria até meados do século XVII.

Diante dessas questões apresentadas com base em Foucault (2008), pode-se afirmar que a arte de governar foi matizada em uma espécie de modularização, que faz do sujeito um ser imerso em contextos de governamentabilidade. Assim, do governo de si mesmo ao governo de um Estado, há instâncias de governo diversas, que são caracterizadas pelo controle dos sujeitos.

Em Deleuze (2006), observa-se que o sujeito faz parte de um sistema de governo que vai desde à família, passando pela escola, pelo trabalho, entre outros, que são marcados pelo controle social. Na escola, por exemplo, há regras a serem cumpridas como a permanência em silêncio no momento de uma explicação do professor, a solicitação de permissão para a saída da sala de aula, além de outras regras que constituem as leis que regem o governo da escola.

Com base nessa ideia de controle que caracteriza os sistemas de governo, Deleuze (2006) defende que as sociedades disciplinares dos séculos XVIII e XIX, e início do século XX, passam a ser sociedades de controle. Essa passagem é

proporcionada pela crise que, segundo o autor, afeta diversos segmentos da população, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

Vale dizer, com isso, que as instâncias de governo citadas, moldadas na sociedade disciplinar, constituem modulações nas sociedades de controle, caracterizadas por um processo de transformação ininterrupto, conforme aponta o autor. Nesse sentido, há a promoção de mutações diversas na população, numa evolução tecnológica pautada no capitalismo.

Na comparação entre sociedade disciplinar e sociedade de controle, Deleuze (2006) apresenta essas transformações do ponto de vista da transformação tecnológica, partindo das máquinas simples, passando pelas máquinas energéticas, características das sociedades disciplinares para o manuseio de objetos, até o advento das máquinas de informática, responsáveis, muitas vezes, pela manipulação de um objeto mais perigoso a nosso ver: a informação. Nessa perspectiva comparativa, Sousa (2012, p. 45) acrescenta:

A sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede dispersa de dispositivos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Por meio de instituições disciplinares (prisão, fábrica, hospital, escola, universidade) que fornecem explicações lógicas para a razão da disciplina, essa sociedade põe para funcionar mecanismos de inclusão e de exclusão. A sociedade de controle desenvolve mecanismos cada vez mais democráticos, distribuídos pelos corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas) e cérebros (em sistemas de comunicação, redes de informação) dos cidadãos.

Por fim, Deleuze (2006) diz que essa passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle oferece transformações nas instâncias de governo que foram citadas. É o que ocorre, por exemplo, com a questão da prisão que passa a caracterizar uma nova forma de controle por meio de tornozeleiras, as quais ocupam o lugar dos confinamentos. Da mesma forma, no contexto escolar, os processos formativos consistem em uma ferramenta de controle que atua sobre profissionais da educação e demais membros da comunidade escolar. Resumidamente, esses aspectos mostram as transformações que caracterizam as sociedades de controle, ocupando o lugar de sociedades disciplinares.

Entende-se, dessa maneira, que o problema do governo possui relação com os desencontros existentes entre o discurso populacional e o discurso governamental,

conforme aponta Sousa (2012). Na perspectiva da sociedade de controle atualmente em voga, a autora diz que é possível a percepção dos discursos que permeiam as práticas políticas e a sociedade que sustenta a formação dos discursos. Assim, há a disputa para se ter o controle do discurso, sobretudo no campo midiático.

No contexto brasileiro, por exemplo, as redes sociais podem ser mencionadas como um campo midiático em que se estabelece essa disputa discursiva, sendo terreno, também, para a propagação de notícias falsas, algo que pode ser considerado como uma técnica de governo, se for levado em conta o uso político dessas redes. A interação propiciada, portanto, pelo acesso à tecnologia da informação concorre também para o maior contato com *fake news*, situação que vai contra a disseminação de conhecimento sobre determinados assuntos, tendo em vista o distanciamento existente entre informação e verdade. Dessa maneira, segundo o que apresenta Teixeira (2019), as notícias falsas disputam o lugar da verdade mediante relações de poder que buscam controlar os discursos e torná-los verdadeiros a todo custo.

Sodré (2019) e Sacramento e Paiva (2020) apresentam as *fake news* para além do fator de credibilidade inerente ao jornalismo, citando o contexto político da eleição de *Donald Trump*, momento histórico no qual esse tipo de notícia foi um instrumento de suma importância para a construção e a desconstrução de imagens eleitorais. Para a eficácia desse tipo de desinformação, a comunicação eletrônica teve papel fundamental, sobretudo pela propagação de *fake news* por meio das redes sociais como, outrossim, ocorreu no Brasil nas eleições de 2018.

Com base nos autores, constata-se que o exagero de desinformação provocado pelo falseamento de notícias tem como principal vetor as redes sociais, tendo em vista o fato de que o público-alvo desse tipo de notícia não distingue o discurso informativo do discurso “mercadológico”, pautado na tentativa de convencimento sobre a verdade de fatos alicerçados em boatos, por exemplo. Nesse sentido, é posto que “as redes ditas sociais liquefazem o pacto de credibilidade.” (SODRÉ, 2019, p. 97).

Silva, Albuquerque e Veloso (2019, p. 416) apontam para os problemas recorrentes na era informacional, cuja característica principal é o hiperfluxo de informações que também concorre para a propagação de desinformação. Segundo as autoras, “[...] a circulação da desinformação leva à manipulação e à desmobilização social, impossibilitando a recuperação da informação e provocando conflitos.”. Desse

modo, as disputas de verdade que giram em torno do coronavírus podem exemplificar os problemas recorrentes em relação à tentativa de manipular os discursos em prol de uma verdade distanciada dos fatos.

Com base no que expõem as autoras, é possível dizer que as técnicas de governo em nosso país caminham pelo terreno da desinformação de dois tipos: *fake news* e omissão da verdade. Como exemplo, podem ser citadas as notícias acerca da defesa do presidente Jair Bolsonaro no que diz respeito à eficácia da hidroxicloroquina, medicamento sem comprovação científica para combate ao novo coronavírus, mas que tem o chefe de estado brasileiro como garoto-propaganda. Sobre a omissão da verdade, é fatídico o episódio de sonegação das informações por parte do governo sobre o número de mortes no Brasil, sendo necessária a criação de um consórcio entre os órgãos de imprensa para divulgar de modo fiel os dados a respeito da pandemia no país.

Outro ponto também importante levantado pelas autoras e que pode ser associado à discussão proposta neste artigo diz respeito ao conceito de pós-verdade. Sob essa ótica, a verdade é desconstruída e desassociada da realidade, sendo pautada em crenças pessoais, emoções e no comungar de ideias que independem da veracidade dos fatos. Nesse sentido, pode-se acrescentar o que dizem Sacramento e Paiva (2020, p. 84), quando tratam das *fake news* como um fenômeno decorrente da “[...] indiferença generalizada à realidade dos fatos em favor de um acentuado desregramento dos afetos.”.

Com isso, afirma-se que é nesse direcionamento que atua o governo brasileiro no que se refere à pandemia e aos casos de coronavírus no país, visto que ainda há uma postura negacionista acerca dos efeitos da COVID-19. Dessa forma, fortalece-se a ideia de constituição de políticas de morte como técnicas de governo contra a população, caracterizando as estratégias necropolíticas e a perpetuação de um necrobiopoder.

Necropolítica e necrobiopoder

O mote para desenvolvimento desta seção está centrado na ideia de que as discussões sobre necropolítica e necrobiopoder podem ser consideradas como desdobramentos dos estudos foucaultianos acerca do biopoder e da biopolítica. Com isso, da passagem do “fazer morrer” para o “fazer viver”, inerente ao poder soberano

e às estratégias de biopoder, pensa-se num “fazer morrer” necropolítico que, talvez, não corresponda a uma ação direta como ocorria com o soberano, mas que consiste em estratégias de morte disseminadas pelos governos, muitas vezes de maneira velada, conforme aponta Bento (2018).

Em Foucault (2007), vê-se que há dois polos de poder: o primeiro que age sobre o corpo-máquina, a fim de desenvolvê-lo para uma exploração de suas forças, caracterizando uma disciplina na perspectiva que autor denomina de anátomo-política do corpo humano; o segundo polo centra-se no corpo-espécie, perspectivado por processos biológicos como o nascimento e a morte, objetos de intervenção e de regulação que, em termos foucaultianos, compõem uma bio-política da população. Com esses polos de poder, tem-se a passagem de um poder disciplinar, centrado no soberano, para a constituição de uma tecnologia regulamentadora, o biopoder, que é proporcionado por estratégias biopolíticas com o fito de regular e normalizar o corpo populacional, conforme apresenta Foucault (2005). Saliente-se, ainda, a importância do biopoder para o desenvolvimento do capitalismo, para o controle dos meios de produção através dos corpos e para o ajuste da população aos processos econômicos (FOUCAULT, 2007).

É a partir dessas questões foucaultianas que autores como Mbembe (2016) e Bento (2018) encontram respaldo para discutir aspectos que vão além das ideias do filósofo francês, ampliando a visão sobre as técnicas de poder em pauta. Assim, surgem desdobramentos direcionados à necropolítica, ao necropoder e ao necrobiopoder.

De acordo com Mbembe (2016), a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugar a vida ao poder da morte. O autor trata da política como um trabalho de morte, sendo que a soberania demanda esse risco de morte. Dessa forma, há a reconfiguração das relações entre resistência, sacrifício e terror que caracterizam o que o autor camaronês nomeia de necropolítica.

Para Mbembe (2016), a necropolítica consiste em formas contemporâneas de submeter a vida ao poder da morte, algo que está além da noção de biopoder. Com isso, a necropolítica e o necropoder são utilizados para explicar os modos como o Estado age para a criação de um “mundo de morte”, submetendo à população ao *status*, nas palavras do autor, de “mortos vivos”. Dessa maneira, a morte está para além de um rito de passagem de um plano a outro, pois pode ser considerada como

um processo gradual, caracterizado pela marginalização dos sujeitos, pela falta de amparo adequado aos cidadãos, entre outros aspectos que definem as técnicas de morte implementadas pelo governo.

Valendo-se desse autor, Ribeiro e Moura (2020) afirmam que a necropolítica diz respeito à identificação das redes de poder e das técnicas utilizadas como modalidades de extermínio das populações. Na perspectiva do filósofo camaronês, essas técnicas possuem como vetores o racismo, o estado de exceção e o estado de sítio. Nesse sentido, o racismo é posto como uma tecnologia reguladora da morte, algo que fortalece, segundo o autor, a função assassina do Estado. Nessa mesma linha, o estado de exceção e o estado de sítio são apresentados como o pretexto do Estado para exercer o direito de matar, elegendo os seus inimigos sob o manto do biopoder e operando a serviço da civilização.

Para Santos (2020), a necropolítica consiste no modo como o Estado atua para decidir quem vive e quem morre. A autora apresenta reflexões sobre o contexto pandêmico, que evidencia as estratégias necropolíticas caracterizadas, por exemplo, pela desigualdade de atendimento nos hospitais de pessoas pretas e pobres. De acordo com os questionamentos da autora, podem ser levantadas hipóteses sobre a seletividade no atendimento de jovens em relação aos idosos, ambos acometidos do coronavírus, ou da escolha de quem deve ter acesso a respiradores ou a unidades de saúde mais bem equipadas, entre outras questões, relacionadas ao âmbito da pandemia que afeta o mundo atualmente.

Com base nisso, percebe-se que o Estado tem o poder não só de “fazer viver” ou “deixar morrer”, em uma perspectiva do biopoder e de suas biopolíticas, mas também utiliza técnicas para matar, isto é, estratégias necropolíticas. Dessa maneira, para além do poder regulamentador da população, subsiste o poder de extermínio do homem-espécie, o que faz emergir o pensamento sobre uma nova conjuntura de técnicas de poder do Estado: o “fazer viver” e o “fazer morrer”.

De acordo com Bento (2018), com a expressão “deixar morrer”, na perspectiva foucaultiana, há a inferência de que o Estado não promove políticas de morte. Para a autora, entretanto, há um trabalho voltado para um “fazer morrer” de modo planejado e sistemático. Nessa perspectiva, o Estado age contra populações que quer exterminar, agindo para cuidar da vida e para promover a morte. A partir da análise dessa empreitada do Estado, Bento (2018, p. 07) propõe o seguinte:

Dessa forma, proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver.

Para Bento (2018), o “deixar morrer”, na perspectiva foucaultiana, consiste, na verdade, em um conjunto de técnicas de morte que são utilizadas pelo Estado. Como exemplo, a autora menciona a população carcerária, que é vítima de estratégias para provocar a morte, como o fornecimento de comida estragada, superlotação, falta de assistência médica, entre outras técnicas que são mascaradas como políticas públicas de atendimento desse segmento de sujeitos.

Nessa perspectiva proposta pela autora, observa-se a construção de paradigmas acerca da população ideal e sobre àquela que deve morrer. Como dizem Cruz-Neto e Minayo (1992), no Brasil, legitimam-se as ideias de limpeza social e de que há uma população que não serve para a economia. Os autores apontam para a construção de um senso comum de que aqueles sujeitos propensos à delinquência devem ser exterminados, por não atenderem aos anseios da civilização e do capitalismo.

Nesse contexto de políticas de extermínio, a necropolítica que atravessa as ações do governo acerca da pandemia provocada pelo novo coronavírus evidencia as estratégias de necrobiopoder marcadas, sobretudo, pelos discursos proferidos pelo Presidente da República do Brasil direcionados para técnicas de morte, centradas no negacionismo acerca da pandemia.

Segundo Ribeiro e Moura (2020), na Itália, por exemplo, havia uma série de recomendações acerca dos critérios de escolha para quem seria feito viver e os sujeitos que seriam deixados morrer. Isso consiste, segundo os autores, numa escolha biopolítica que, com base em Mbembe (2106) e Bento (2018), proporcionam estratégias necropolíticas, caracterizando o necrobiopoder, fazendo viverem uns e morrerem outros sujeitos da população, em uma espécie de seleção natural guiada.

Com base nessas questões, pode-se trazer à tona o questionamento dos autores sobre essas estratégias: qual a relação entre as tecnologias de poder biopolítica, que visão à maximização da vida, e a crescente pandemia de COVID-19 observada mundialmente? (RIBEIRO; MOURA, 2020).

Portanto, no contexto brasileiro, há espaço para a discussão sobre essa temática, tomando como base, por exemplo, o discurso bolsonarista que, a nosso ver, caracteriza-se como um necrodiscurso, em função de fomentar uma necropolítica para a população de modo geral.

O necrodiscurso bolsonarista

A necropolítica, como conjunto de políticas de controle social através da morte, pode ser observada, em nossa abordagem, no discurso do chefe de estado brasileiro. Araújo (2020), ao apresentar análises sobre o posicionamento do presidente acerca da pandemia, expõe críticas sobre a política macabra e intencional do governo, centrada em técnicas de morte para a população mais vulnerável, pautada na relativização do fato de que “muitos vão morrer”.

Cruz-Neto e Minayo (1992) tratam das políticas de morte, no Brasil, como algo que se dá de modo sistemático, a fim de exterminar determinados grupos sociais, considerados marginais e supérfluos, o que caracteriza uma forma de controle populacional no dizer dos autores. Da mesma forma, constata-se nos discursos do presidente o teor necropolítico na acomodação acerca das mortes por coronavírus, considerando-as, inclusive, uma espécie de mal necessário.

Para analisar esse necrodiscurso, foram destacados quatro excertos de pronunciamentos do Presidente da República acerca do novo coronavírus e da pandemia que culminou em medidas como de isolamento social. Na sequência, esses fragmentos serão apresentados para uma posterior discussão sobre o teor necropolítico da postura discursiva do presidente.

Excerto 01

“Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho”. **Pronunciamento na TV – 24/03.**

Excerto 02

“O vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia”. **Durante passeio em Brasília – 29/03**

Excerto 03

“Oh cara, quem fala, eu não sou coveiro, tá certo? Eu não sou coveiro”. **Entrevista no Palácio da Alvorada – 20/04**

Excerto 04

“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”
Entrevista no Palácio da Alvorada – 20/04

No excerto 01, em seu pronunciamento em rede de televisão, o presidente coloca-se como um sujeito que não sofreria com os efeitos do novo coronavírus. Para argumentar nessa direção, o chefe de estado brasileiro cita o seu histórico de atleta, algo que tornaria os efeitos da COVID-19 tais como uma “gripezinha”. Esse discurso, a nosso ver, pode reforçar o que Sacramento e Paiva (2020) apresentam como cultura de risco adotada pelos sujeitos que comungam com esse tipo de postura. Nessa perspectiva, há a adesão à fala do presidente como uma fonte alternativa, em detrimento às recomendações de especialistas, como o isolamento e o distanciamento social sugeridos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Nessa materialidade discursiva, percebe-se que o presidente nega a gravidade do vírus em questão, além de desconsiderar o fato de que há grupos de risco que podem ser acometidos pelo coronavírus e não resistirem aos efeitos da COVID-19. Da mesma forma, é importante salientar que a evolução do vírus e suas mutações, até então, demonstram que o vírus é mortal não somente àquelas pessoas consideradas, outrora, como pertencentes a grupos de risco.

Assim, o pronunciamento presidencial, conclamando a população a voltar às suas atividades normais, consiste em uma estratégia necropolítica comprovada, hoje, pelo aumento do número de casos e, conseqüentemente, de mortes, após o cumprimento de etapas de flexibilização por parte de estados e municípios, fato que põs em xeque esse discurso. Ressalte-se que o próprio presidente foi acometido com a doença, conforme declaração dada por ele à TV Brasil, em sete de julho de 2020, o que demonstra a sua falta de governo de si mesmo, tomando como base a perspectiva foucaultiana de governamentalidade.

A materialidade discursiva apresentada no excerto 02 sugere que não há a preocupação com o corpo populacional. Nesse sentido, emerge um problema de

governamentabilidade, tendo em vista a não contemplação do objeto de governo: a população e suas relações, nesse caso, com a vida e com a morte.

Esse discurso evidencia a relativização da morte e o caráter descartável dos corpos, conforme vemos em Araújo (2020). Com base no que esse autor apresenta, pode-se dizer que a ideia de exposição ao vírus, defendida pelo presidente, consiste em uma precarização da vida em prol do capitalismo, tendo em vista a percepção de que as indústrias e o comércio de modo geral, por exemplo, não podem parar, embora muitos precisem morrer por conta disso. Dessa maneira, há uma espécie de industrialização da morte, nos termos de Mbembe (2016), em prol do enfrentamento do coronavírus e da não interrupção da engrenagem do capitalismo.

O que se vê, no excerto 03, é a não preocupação com o número de mortes, assentada no “deixar morrer” e no “fazer matar” do governo Bolsonaro. O deboche presidencial em afirmar que “não é coveiro” evidencia a indiferença acerca das vítimas do coronavírus, no Brasil, e reforça sua postura necropolítica. Com isso, o presidente contribui para a construção de um “mundo de morte”, como vemos em Mbembe (2016), ao tratar das estratégias necropolíticas adotadas pelo Estado para fazer prevalecer a morte sobre a vida.

Já no excerto 04, o “E daí” mostra que o governo em pauta não se solidariza com o número de mortes, sempre crescente, nem se preocupa com o cumprimento de sua função de “fazer viver”, a partir da observância das relações do homem com os seus acidentes, conforme aponta Foucault (2008). Também não se considera, na perspectiva foucaultiana de governamentabilidade, a tríade segurança, população e governo, visto que esse discurso bolsonarista centra-se no negacionismo acerca da pandemia e dos efeitos da COVID-19, algo que afeta a segurança da população, sobretudo dos segmentos que são influenciados por esse discurso do presidente.

É perceptível, ainda, a ironia contida nessa materialidade discursiva, quando o presidente diz: “Eu sou Messias, mas não faço milagre”. Dessa forma, o suposto “deixar morrer”, que seria o fato de não poder fazer milagre, consiste nas técnicas de morte adotadas pelo governo: o chamamento da população para voltar às suas atividades, a defesa da hidroxicloroquina como o medicamento que promove a cura do coronavírus, mesmo sem haver comprovação científica sobre a sua eficácia, a ida do presidente a lugares públicos sem a devida proteção e causando aglomerações,

indo contra as recomendações da OMS, entre outras ações que caracterizam a necropolítica disseminada pelo necrodiscurso do presidente.

Vale dizer, finalmente, que esse necrodiscurso bolsonarista atua sobre os segmentos populacionais mais vulneráveis, isto é, naqueles corpos descartáveis, ou facilmente substituíveis na ótica do capitalismo. No que diz respeito aos dados da pandemia no Brasil, por exemplo, constata-se que a classe social é um definidor de mortes por coronavírus muito mais premente do que a idade, outrora considerada um fator de risco precípuo.

Em Vespa (2020), tem-se que a pandemia e a necessidade de isolamento social demonstrou de modo mais evidente os problemas sociais que afligem determinadas camadas da população, como os sujeitos da periferia, por exemplo. Dessa maneira, entende-se que o necrodiscurso apresentado potencializa esse poder de morte sobre os menos favorecidos, através de políticas de morte promovidas pelo Estado.

Ressalte-se, ainda, que necrodiscurso bolsonarista ecoa nas redes sociais, visto que o presidente é muito atuante, propagando boatos de natureza diversa, algo que impulsionou a sua vitória na eleição de 2018. Uma prova disso é a menção ao “*kit gay*”, citado por Teixeira (2019). Notícia falsa centrada na ideia de que as escolas brasileiras dispunham de material diverso para a abordagem sobre o tema Sexualidade. Esse tipo de enunciação concorre para o que Sodré (2019) denomina de fabulação narrativa que caracteriza as *fake news* disseminadas nas redes sociais.

Da mesma forma ocorre com a propagação de notícias acerca dos efeitos do coronavírus no Brasil. À medida que o líder da nação defende o negacionismo acerca da COVID-19 e minimiza a preocupação referente ao número de mortes no país, esse discurso é compartilhado nas redes sociais, inclusive por páginas destinadas à publicação de notícias falsas em prol do presidente e de seus filhos, que estão sendo alvo do *Facebook* que, recentemente, removeu contas que defendiam a família Bolsonaro por meio de divulgação de *fake news*. Além do *Facebook*, a justiça brasileira também vem atuando contra esses perfis *fakes*, com a investigação da Polícia Federal e a instauração de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF).

Com base nessas questões, percebe-se que o poder do necrodiscurso presidencial é prodigioso, principalmente pela dimensão alcançada por ele através das redes sociais. Valendo-se de Sodré (2019), pode-se dizer, também, que os boatos

propagados por Bolsonaro em torno da pandemia e dos efeitos do coronavírus consistem em uma estratégia discursiva deliberada, que leva à aceitação, distante da criticidade, dos adeptos de seu discurso.

Assim, o necrodiscurso do chefe de estado brasileiro é uma epidemia que se propaga nas redes sociais tal e qual o vírus que se espalha nesse contexto pandêmico e vem ceifando a vida de milhares de brasileiros. Resta saber até quando as estratégias de morte desse governo atuarão sobre a população.

Considerações finais

Nesse estudo, observou-se que a relação entre governo e população é problemática. Isso se deve ao fato de que, no contexto da pandemia, o Governo Federal do Brasil atua contra o corpo populacional, mediante o desenvolvimento de estratégias de morte, adotando uma postura necropolítica. É o que se percebe com a mobilização contra o “Fique em casa” ou para o uso da hidroxicloroquina indiscriminadamente, mesmo sem comprovação de sua eficácia.

Os discursos analisados neste artigo, proferidos pelo Presidente da República, evidenciam o pensamento voltado para o “deixar morrer”, no lugar de “fazer viver”. Na perspectiva da governamentalidade foucaultiana, constata-se que o governo bolsonarista não tem a população como seu objetivo, nem considera as relações com seus recursos, riquezas e acidentes. A morte da população, por exemplo, é desprezada pelo governo, tendo em vista que este evento é considerado como algo natural, o que deixa em segundo plano a visão de morte como consequência das ações equivocadas em relação à pandemia.

Assim, percebe-se que há uma tentativa de controle da sociedade, por meio de ações como a convocação para a retomada de atividades, “desfile presidencial” pelas ruas como se não houvesse pandemia, entre outras sandices que promovem o caos e relativizam as medidas protetivas acerca do contágio com o novo coronavírus. Essas ações consistem em técnicas de governo para promover sua política de morte que são desenvolvidas direta e indiretamente.

Tem-se a caracterização, portanto, de um discurso que secundariza as perspectivas em relação ao biopoder e às estratégias biopolíticas para construir um necrobiopoder, através da disseminação de necropolíticas. Dessa forma, fica claro que o objetivo precípua do chefe de estado brasileiro não é “fazer viver”, mas sim,

otimizar as técnicas de “fazer morrer” e “fazer matar” que são atuantes nos corpos descartáveis de nossa sociedade.

Referências

ARAUJO, M. **O que necropolítica tem a ver com a pandemia e com as falas de Bolsonaro.** Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/o-que-necropolitica-tem-a-ver-com-a-pandemia-e-com-falas-de-bolsonaro.htm> Acesso em: 02 jul. 2020.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.53, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010483332018000200405&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 24 jun. 2020.

CRUZ-NETO, O.; MINAYO, M. C. de S. Extermínio: violentação e banalização da vida. **Cad. de Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, n. 10, 1994, p. 199-212.

DELEUZE, G. Pós-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, p. 219-226, 2006.

Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Post-Scriptum_sobre_as_Sociedades_de_Control.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes: 2005. p. 285-316.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. 13 ed. Tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal Edições, 2007. (Capítulo V Direito de Morte e poder sobre a vida). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

FOUCAULT, M. Governamentalidade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008, p. 217-293. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/704a/dc4166e207bdaf024ff5d9c127b70ccef348.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. **Arte & Ensaios**, Revista do PPGA/EBA/UERJ, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.files.wordpress.com/2018/03/necropolitica-achille-m-ensaio.pdf> Acesso em: 25 jun. 2020.

RIBEIRO, M. H. M.; MOURA, R. B. de. **Entre a biopolítica e necropoder.** Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/04/02/entre-a-biopolitica-e-o-necropoder/> Acesso em: 06 jul. de 2020.

SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil, **Matrizes**, São Paulo, v.14, n.1, jan/abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/160081/160682>. Acesso em: 16 julho 2020.

SANTOS, G. A. dos. **Reflexões em tempos de pandemia, necropolítica e genocídios.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/reflexoes-em-tempos-de-pandemia-necropolitica-e-genocidios/> Acesso em: 06 jul. 2020.

SILVA, M. C. D. da; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de; VELOSO, M. do S. F. Representação da informação noticiosa pelas agências de fact-checking: do acesso de informação ao excesso de desinformação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Informação**, São Paulo, v. 15, n.2, p. 410-426, 2019.

SODRÉ, M. O facto falso: Do factóide às fake news. *In*: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (Orgs.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade.** Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 87-100.

SOUZA, K. M. de. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. *In*: TASSO, I.; NAVARRO, P. (orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas.** Maringá: Eduern, 2012, p. 41-55.

TEIXEIRA, A. **Fake news contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela.** 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2019.

VESPA, T. **Em vez da idade, classe social passa a definir quem morre de covid no país.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/no-brasil-Covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm> Acesso em: 14 jul. 2020.

Recebido em 16 de agosto de 2020
Aprovado em 06 de novembro de 2020